

Um novo vazio urbano?

Carlos Fortuna *

Chegados aqui – aos inícios do séc. XXI – não surpreende ninguém afirmar que as cidades são um factor essencial do desenvolvimento das sociedades. Não foi sempre esse o entendimento e, mesmo hoje, quando é incontestável o seu lugar como motor da transformação social e cultural, a visão da cidade enquanto símbolo de desenvolvimento e modernidade continua a ser objecto de interrogações e debate.

Um dos questionamentos elementares é o de saber de que modo a cidade moderna, sendo uma “criação” da industrialização, continua a ser determinante em tempos de desindustrialização. No plano da discussão internacional encontramos duas respostas: por um lado, a resposta optimista sustenta que a viragem para a nova economia pós-industrial implica a reconfiguração dos mecanismos de poder e controle dos negócios que se encontram hoje concentrados nas cidades globais, dotadas de um poder que transcende a soberania decisória dos estados-nação. Ao lado desta “re-actualização” das antigas cidades-estado, encontra-se a resposta pessimista sobre o papel da cidade na era da desindustrialização. Trata-se da presença das chamadas cidades ordinárias que tipificam várias metrópoles africanas e asiáticas, com crescimento descontrolado, organicamente desestruturadas, de extrema desigualdade social e abertas a todo o tipo de violência.

São estas configurações extremadas de cidade que respondem à evolução desigual da economia mundo industrial das últimas décadas. Num caso, estão as cidades que terão conseguido suplantar as limitações da economia industrial mundial e singram ao sabor do controle do negócio das TICs e da economia financeira e de casino.

No outro, encontram-se as cidades e metrópoles pós-coloniais que põem a nu os efeitos da sua longa inserção marginal naquele modelo e parecem destinadas sem remédio ao lado mais negro da história urbana contemporânea.

Algures entre estes dois pólos encontra-se uma variedade imensa de cidades.

Certamente, todas as 156 cidades portuguesas. Todas pequenas, mesmo que inseridas em “áreas metropolitanas”. Sobre elas as interrogações são numerosas e questionam, evidentemente, o seu futuro. O país é daqueles de industrialização tardia e (semi) periférica e as suas cidades enfrentam, por isso, problemas para os quais necessitamos de referentes técnica e cientificamente adequados que não os das situações limite já apontadas. Na verdade, os quadros interpretativos das ciências sociais disponíveis para ler a cidade contemporânea são subsidiários dos produzidos tanto para as cidades globais (grandes e poderosas) como para as cidades ordinárias (grandes e com crescimento descontrolado) e recobrem mal, por isso, as possibilidades de análise dos desafios futuros deste mundo urbano em que se incluem as cidades portuguesas, muito em particular as pequenas cidades do interior. Uma reconceptualização ajustada à sua dimensão e à natureza dos processos sociais que impendem sobre estas cidades e o seu futuro poderá ser a interpelação que as equacione a partir destes dois traços: são cidades de escala pequena e encontram-se em recessão.

A cidade pequena Na primeira linha de reflexão deparamo-nos com a exiguidade de estudos dedicados às cidades portuguesas e em particular às de escala mais limitada. Não se trata de uma ausência especificamente nacional, pois noutras paragens também os estudiosos se estão a interrogar sobre o significado sócio-cultural destas cidades. Entre nós, a regra é a de estudar o que está próximo e, portanto, a reflexão tende a incidir sobre as cidades que albergam universidades ou gabinetes de investigação vocacionados para a questão urbana. É preciso acautelar os efeitos de uma tal

provincialização intelectual que risca caucionar estereótipos como o que agrega à pequenez da cidade também uma reflexão “limitada”.

Embora escasseiem os estudos sobre a dinâmica urbana nas cidades pequenas e do interior, é possível admitir alguns traços socioculturais importantes do seu contributo para a modernização da sociedade. Um deles é serem cidades com escalas de desigualdade social menos acentuadas que as metrópoles. Outro é constituírem o patamar de socialização dos jovens da região com a vida urbana, designadamente a sua iniciação nos territórios da convivência com “outros”, do consumo, da cultura e do conhecimento. Isto revela a vinculação particular destas cidades de interior à proximidade geográfica mas também temporal do mundo rural. Tal como na cidade que recebeu o Marcovaldo de Italo Calvino, estas cidades de interior constituem-se em plataforma societária que exercita competências sociais para a urbanidade. Conservam (ainda) um forte espírito de lugar e de orgulho local que esvanece em aglomerados urbanos e suburbanos mais amplos, de muito mais acentuada mobilidade de pessoas, ideias e mercadorias.

Este espírito de lugar está associado à importância que o “centro” (praça ou largo) tem como microterritorialidade fundamental para as pequenas cidades e actue como quase único espaço público. Programas para a sua reabilitação/revitalização são ensaiados sucessivamente, em associação com experiências urbanísticas que pouco mais são que estratégias de marketing local. São tentativas de resposta à equação local-global ao procurar inscrever estas cidades na memória futura da globalização. É assim que se compreende a receptividade local à retórica ainda sonante da “cidade criativa”, ou ao recurso à turistificação dos lugares e à museologização dos patrimónios e memórias. Estas são marcas cujo impacto efectivo desconhecemos e, logo portanto, ignoramos o efeito que terão como solução sustentada para o futuro incerto das pequenas cidades portuguesas.

A cidade recessiva Tal incerteza amplia-se ao olharmos para a recessão socioeconómica que as cidades portuguesas enfrentam, em particular as mais pequenas cidades do interior. Em alguns casos, esta retracção deve-se à desindustrialização do tecido produtivo, noutros à desruralização dos campos, noutros ainda à perda das suas funções administrativas e à sempre renovada sangria migratória. A cidade recessiva expõe-se através da sua demografia urbana deprimida e os efeitos daí derivados: acentuado envelhecimento, ausência de soluções de emprego e rarefação de jovens, mas também dos contextos, espaços e equipamentos para jovens. A população activa retrai-se e, perante a resignação da população sénior e o desencanto dos adultos, são os mais jovens e de maior mobilidade que buscam outras paragens e outras soluções de vida.

As tentativas para contrariar este cenário passaram pela rede nacional de universidades e politécnicos com que, entre outros objectivos, se pretendeu responder à diáspora juvenil do interior, mas cujo impacto nas economias locais, todavia, continua por avaliar de modo sério. Outras alternativas encontram-se nas declarações e projectos de tornar turisticamente atractiva a cidade e os seus recursos patrimoniais. Na década de 1990, praticamente todas as cidades portuguesas e os seus dirigentes vincaram repetidamente esse desígnio, mas os resultados são tão limitados como desiguais. São vários os casos de cidades que se aventuram na alternativa cultural, sendo impressionante o número de museus locais que registamos, de cariz etnográfico na sua grande maioria. Outras vezes, alimenta-se a via do simulacro quasi-urbano da cultura dos festivais. Temos certamente das mais altas densidades de cidades “capitais” (da cultura, da chanfana, do móvel, da ginástica, etc.). Situações há em que a resposta tem passado pela melhoria das infraestruturas e das redes viárias. Com as novas vias de acesso, muitas das nossas cidades cresceram para fora de si mesmas, acabando por reforçar a sua própria

suburbanização – ou suburbanização se se preferir – com a multiplicação da construção e dos condomínios – cumpridos os PDMs contaríamos com habitação para 40 milhões –, dos espaços de comércio e dos projectos incertos de parques tecnológicos e industriais. Todos eles projectam uma desconfortável imagem de excesso e desequilíbrio: ao investimento na periferia corresponde um cenário de edifícios devolutos no centro das cidades, de instalações industriais e logísticas abandonadas e de espaços sociais obsoletos.

Há quem advogue – na sociologia do risco essa é uma atitude frequente – que o risco e a calamidade trazem no seu bojo uma oportunidade de renovação. Mais prosaicamente há os conhecidos defensores da lógica da “destruição criadora”, um slogan que Schumpeter usou para caracterizar a evolução do capitalismo que se renova sobre os escombros que provoca. Porventura, haverá quem veja nesta narrativa sobre as pequenas e recessivas cidades portuguesas de interior, um processo positivo, capaz de regeneração e criador de modelos alternativos de qualidade de vida urbana. Não consigo ser tão optimista, mas reconheço que é sobre esta hipótese que temos de trabalhar, enquanto procuramos novos modos de equacionar o futuro urbano nacional. A alternativa é deprimente e faz recear que, após o retraimento da indústria, a desruralização do interior e a desvitalização administrativa destas cidades recessivas se possa estar a forjar a paisagem de um interior urbano devoluto, um território vazio que, como tal, desafie os interesses expansionistas dos mais ricos e poderosos. A que criação se entregará a nova economia capitalista, por sobre as cidades recessivas de hoje?

* Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra